RELATO E MEMÓRIAS



# SEMINÁRIO NACIONAL

da Plataformas MROSC

## O PAPEL DO PARLAMENTO NO FORTALECIMENTO DAS OSC E NA AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Brasília

06 de julho de 2022

PLATAFORMA MROSC

# EXPEDIENTE

**Comitê Facilitador**
Abong
Cáritas Brasileira
Cese
Fundação Esquel
GIFE
Unicopas

**Equipe Técnica**

**Organizadores:**
Igor Ferrer, Luise Villares,
Eliana Rolemberg
e Candice Araújo

**Apoio técnico na transmissão:**
Candice Araújo, Luise Villares e Igor Ferrer

**Relatoria:**
Bianca Tribéss

**Revisão:**
Luise Villares e Eliana Rolemberg

**Assessoria de comunicação:**
Nivea Martins e Angelica Tomassini

**Projeto grá ico e diagramação:**
Mateus Leal


## Agradecimentos:

Frente Parlamentar Mista em Defesa das Organizações da Sociedade Civil

Frente Parlamentar Mista em Defesa da Democracia e dos Direitos Humanos com participação popular

Plataforma MROSC DF


FPOSC
FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

PLATAFORMA MROSC

# SUMÁRIO


INTRODUÇÃO ..... 04

1. MOBILIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO EVENTO ..... 05

1.1 PARCERIA COM FRENTE PARLAMENTAR ..... 05

1.2 ARTICULAÇÃO DO SEMINÁRIO ..... 06

1.2.1 MOBILIZAÇÃO DE PARLAMENTARES ..... 06

1.2.2 MOBILIZAÇÃO NO DIA ..... 07

1.2.3 COMUNICAÇÃO E REDES SOCIAIS ..... 08

2. PERFIL DOS PARTICIPANTES ..... 09

3. EIXOS DO SEMINÁRIO ..... 10

3.1 ABERTURA ..... 10

3.2 CONTRIBUIÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL E PARLAMENTARES ..... 12

3.3 FALA DOS/AS CONVIDADOS/AS INSCRITOS/AS ..... 14

4. APRESENTAÇÃO DO MAPEAMENTO LEGISLATIVO DA AGENDA REGULATÓRIA DAS OSC ..... 18

5. SEMINÁRIO NAS REDES ..... 21

6. PRÓXIMOS PASSOS ..... 22

CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 22

ANEXOS ..... 23


Índice interativo

# INTRODUÇÃO

No dia 06 de Julho, das 15h às 17h, foi realizado na Câmara dos Deputados, em Brasília, o Seminário Nacional da Plataforma MROSC, com o objetivo de refletir sobre o papel do parlamento no fortalecimento das OSC e na ampliação da participação social. A Plataforma MROSC opõe-se às iniciativas promovidas pelo Governo Federal com potencial de redução do espaço cívico e da participação social, e o seminário foi entendido como uma oportunidade para se articular ao Parlamento, visando o bloqueio de iniciativas prejudiciais às OSC no legislativo ou no poder judiciário.

A atividade é uma ação do projeto "Regionalização e Fortalecimento da Plataforma do Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC)", realizado pela Cáritas Brasileira e o ELO Ligação e Organização, e com o apoio financeiro da União Europeia. Além da participação presencial, o Seminário Nacional também foi transmitido virtualmente pelos canais do YouTube da "Plataforma MROSC" e "Câmara dos Deputados", e segue disponível na íntegra.

O Seminário contou com a participação de parlamentares, assessorias, representantes da sociedade civil e da Secretaria Nacional de Assistência Social do Governo Federal, retomando a interação presencial das pessoas envolvidas com o tema e servindo de preparação para o Encontro Nacional de Signatárias, que acontece nos dias 12 e 13 de julho. O evento foi presidido pelo deputado federal Afonso Florence (PT) e os parlamentares participantes foram: a deputada Lídice da Mata (PSB); o deputado Eduardo Barbosa (PSDB); a deputada Alice Portugal (PCdoB) e o deputado distrital Leandro Grass (PV).

Além disso, a Plataforma MROSC do Distrito Federal fez uma campanha de mobilização para participação, presencial ou virtual, das organizações que compõem a Plataforma. Vários representantes estiveram presentes, puderam contribuir com falas e entendimentos necessários para o futuro da agenda no Congresso Nacional.

# 1

# MOBILIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO EVENTO

## 1.1 PARCERIA COM FRENTE PARLAMENTAR

É sabido que o atual governo federal vem promovendo o desmonte dos ganhos e direitos sociais introduzidos pela Constituição de 1988. Esta situação, agravada pela pandemia da Covid-19, impactou na degradação das condições de vida da população e no enriquecimento das elites, ampliando desigualdades e o estresse social. O governo federal, que já não atendia adequadamente às demandas sociais, abandonou deliberadamente as instituições que deveriam implantar políticas de desenvolvimento e sustentabilidade e atender a população.

Esta situação tem aumentado a pressão sobre as OSC que, em condições cada vez mais precárias, tentam atender a demanda crescente da população mais vulnerável. Além disso, assiste-se também à criminalização das organizações da sociedade civil e à atuação direta do governo federal no sentido de reduzir o es-paço cívico e a participação social nos ciclos das políticas públicas, a exemplo do fechamento dos mais de 700 conselhos de participação social logo no primeiro ano do Governo Bolsonaro. Neste contexto, o parlamento se traduz como lócus e ambiente de disputa, na tentativa de garantir institucionalmente que a sociedade civil tenha mais espaço nos processos de tomada de decisão em assuntos de inte-resse público.

Nos últimos anos, a luta da Plataforma foi a de buscar minimizar essa destruição promovida, principalmente, pelo Governo Federal, e buscando superação, a Plataforma alterou sua tática e decidiu operar mais articulada ao Parlamento. Neste contexto, a Plataforma fortaleceu sua atuação dentro do Congresso Nacional, principalmente a partir da Frente Parlamentar Mista em Defesa das OSC. O Seminário teve também parceria com a Frente Parlamentar em Defesa da Democracia e dos Direitos Humanos com participação popular, sendo um dos resultados da caminhada da Plataforma MROSC em favor das entidades que implementam políticas de desenvolvimento e sustentabilidade, atendem à população em situação de risco e preservam o meio ambiente.

# 1.2 ARTICULAÇÃO DO SEMINÁRIO

### 1.2.1 MOBILIZAÇÃO DE PARLAMENTARES

Parte da mobilização para o Seminário Nacional envolveu também o convite a parlamentares (Anexo I), em que constava a descrição sobre a Plataforma MROSC e o objetivo do Seminário, assim como a importância da presença dos parlamentares no espaço.



### 1.2.2 MOBILIZAÇÃO NO DIA

No dia do Seminário, também foi realizada uma caminhada pelos gabinetes da Câmara dos Deputados e do Senado convidando-os para o evento. Além do convite específico para a atividade, foi também um momento de apresentação da Plataforma MROSC e de aproximação com os parlamentares.

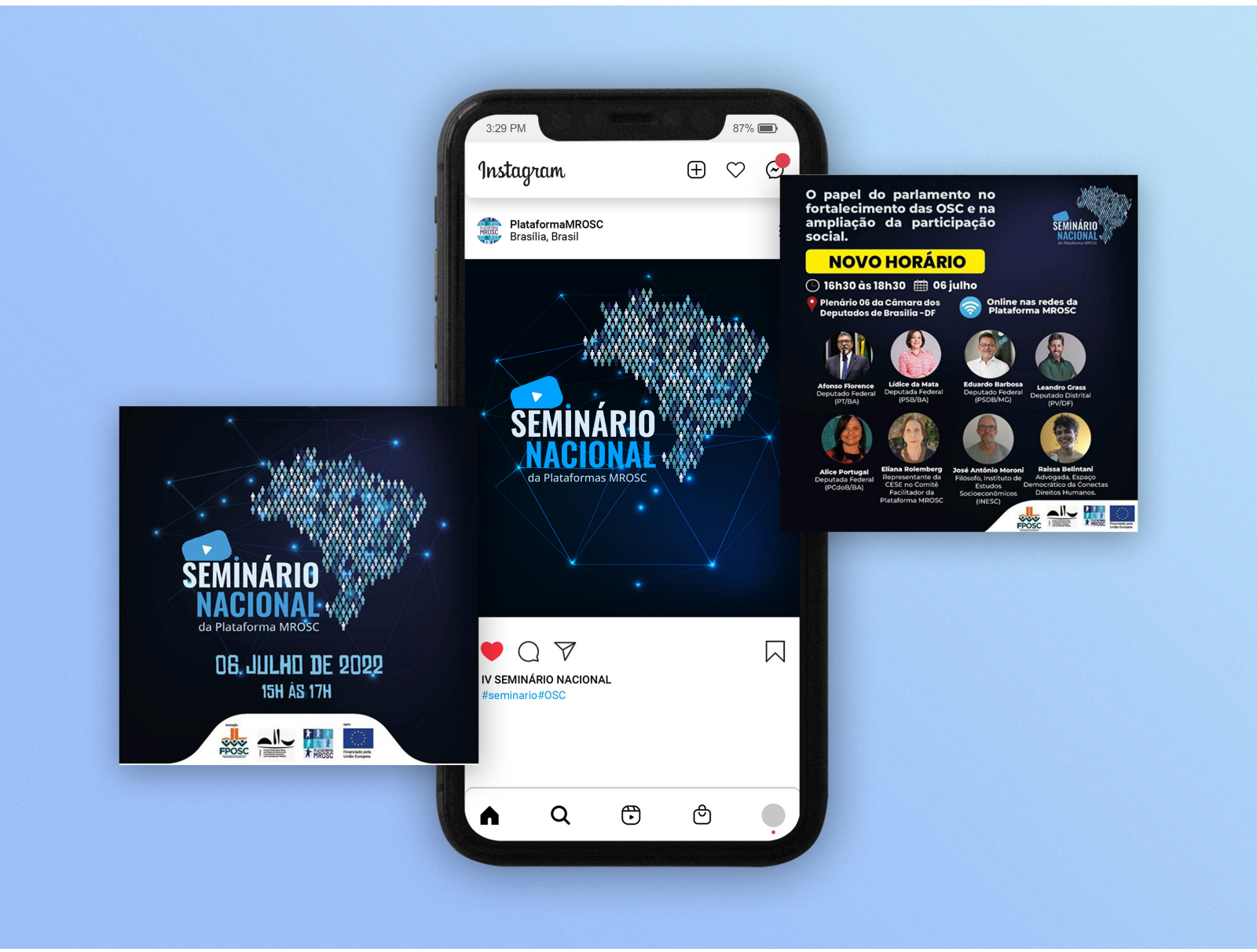




**Igor Ferrer, Luise Villares e Candice Araújo na entrega do convite aos gabinetes**

### 1.2.3 COMUNICAÇÃO E REDES SOCIAIS

A mobilização para o Seminário foi realizada ainda através de materiais informativos elaborados e encaminhados às organizações signatárias por e-mail, as-sim como disponibilizados no site da Plataforma MROSC e também divulgados nas redes sociais (Whatsapp, Instagram e Facebook), assim como nos demais eventos da Plataforma, para que o convite chegasse ao maior número possível de organizações e pessoas interessadas.

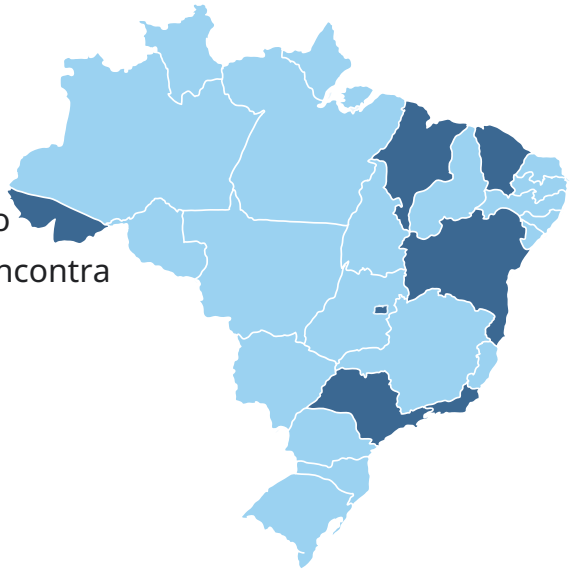


2

# PERFIL DOS PARTICIPANTES

De acordo com a lista de presença do evento, foram 30 participantes acompanhando presencialmente o evento, sendo 17 homens, 12 mulheres e uma pessoa que selecionou “outro” nas opções relacionadas à identificação de gênero. Os dados se diferenciam dos demais eventos promovidos pela Plataforma MROSC, em que a maioria costumam ser mulheres.

Através da transmissão pelo canal do Youtube e Facebook da Plataforma MROSC, pessoas e organizações de diversos lugares acompanharam e registraram pelo chat sua presença. **Destacamos a presença dos estados de Minas Gerais, Distrito Federal, Bahia, Ceará, Acre, Rio de Janeiro, Maranhão e São Paulo**. Além dessas interações pelo chat, foram registradas mais de 400 visualizações do Seminário Nacional durante os dois meses que se encontra disponível virtualmente.



**30** Participantes Presencialmente

**12** mulheres

**17** homens

**400** visualizações no youtube

# 3

# EIXOS DO SEMINÁRIO

## 3.1 ABERTURA

O encontro foi presidido pelo deputado federal Afonso Florence (PT/BA), presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Organizações da Socieda-de Civil e líder da oposição no Congresso Nacional. O deputado iniciou o Seminário Nacional apresentando a mesa e o funcionamento do debate. Além do próprio Afonso Florence, compuseram a mesa: Eliana Rolemberg, representante da CESE no Comitê Facilitador da Plataforma MROSC; Raissa Belintani, advogada, representando o Espaço Democrático da Conectas Direitos Humanos; e Leandro Grass, Deputado Distrital (PV/DF).

> Sem mobilização popular não há efetiva capacidade no parlamento de frear esses ataques ou de obter vitórias relevantes

O deputado abriu a atividade reforçando a pauta que une os presentes, sendo esse o papel do parlamento no fortalecimento das organizações da sociedade civil e na ampliação da participação social. Trouxe, para introduzir, algumas considerações a partir da sua experiência pela Frente Parlamentar. Pontuou que se vive um momento de defensiva política no parlamento e também na sociedade civil, principalmente como efeito do golpe de 2016, que teve como "produto mais

perfeito" o governo Bolsonaro. Destacou ainda os ataques recorrentes às OSC, marcados por truculência incongruente com uma democracia. De acordo com o deputado, o atual governo operou um ataque político-institucional, e o bolsonarismo e o lavajatismo tomaram proporções institucionais e jurídicas que resultaram também na criminalização e ataque às OSC em órgãos de controle como os Tribunais de Conta.

"Sem mobilização popular não há efetiva capacidade no parlamento de frear esses ataques ou de obter vitórias relevantes", reforçou o deputado. No que concerne às formas possíveis do Parlamento contribuir, destacou: 1) nos setores parlamentares permeáveis às pressões e reivindicações da sociedade civil organizada, o parlamento pode e deve recepcionar a pauta; 2) abrindo espaços institucionais para que essa pauta ganhe audiência (parlamentar ou social). Essas contribuições do parlamento funcionam no sentido de ampliar a permeabilidade, que são fortalecidas quando as organizações se unificam em torno das pautas de interesse da sociedade civil.



# 3.2 CONTRIBUIÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL E PARLAMENTARES



Depois de uma primeira intervenção, o deputado passou a palavra para Eliana Rolemberg, que iniciou a sua fala agradecendo ao coordenador da Frente Parlamentar e reforçando o desejo de seguir articulando com as diferentes frentes e com o Pacto pela Democracia. Apresentou brevemente a Plataforma MROSC como uma articulação de mais de 2.000 organizações sem fins lucrativos, comprometida com a luta pelo aprimoramento do ambiente social e jurídico das OSC, e contextualizou o sentido de realizar o Seminário nesse espaço do Congresso, lugar de disputa mas também resistência e apoio, de caminhos para consolidar a participação cidadã e a defesa política da participação social.

Segundo Eliana, a situação atual brasileira é drástica, com uma desigualdade social, econômica e política gritante, com tentativas criminosas de desmonte dos direitos sociais, e um desrespeito à Constituição de 1988. Ela citou o aumento da violência de gênero e racial sofridas pela população mais pobre, negra e indígena, e em geral vivenciada pelas lideranças sociais, assim como a intensificação do desrespeito e medidas que favorecem ações genocidas contra as populações originárias, destruição da natureza, entrega de nosso patrimônio, perda de soberania nacional e intolerável aumento da fome em nosso país.

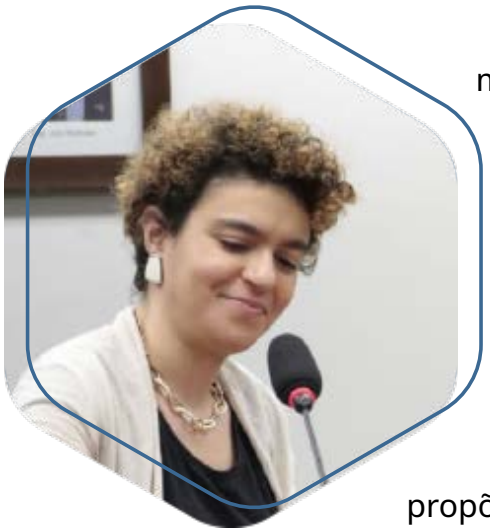
"É muito importante que a Plataforma MROSC esteja cada vez mais coordenada com fóruns e movimentos sociais, para que sua sobrevivência seja garantida, e para defendê-las da criminalização burocrática cada dia mais perigosa para a realização de parcerias com o poder público. De um lado há um governo federal que busca diminuir e desmantelar espaços de inclusão da sociedade civil, porém do outro temos a possibilidade de tentar uma aliança cada vez maior com outros setores, para que possamos realmente barrar iniciativas que são prejudiciais às ações da sociedade civil", destacou Eliana.

> “É muito importante que a Plataforma MROSC esteja cada vez mais coordenada com fóruns e movimentos sociais, para que sua sobrevivência seja garantida, e para defendê-las da criminalização burocrática cada dia mais perigosa para a realização de parcerias com o poder público.”

Os espaços conquistados como comitês, comissões e conselhos vêm sendo cada vez mais ameaçados, ou pela mudança de critérios de participação ou pelo próprio fechamento desses espaços. Como exemplo, citou a ameaça recente de encerramento da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, sem que as medidas necessárias tivessem sido tomadas. Eliana trouxe alguns exemplos de processos institucionais e legislativos exitosos por conta da mobilização em conjunto, como PLs aprovados, vetos derrubados e articulações com órgãos que reafirmam o compromisso com o espaço cívico saudável e inclusivo da sociedade civil.

Após a fala de Eliana, a deputada federal Lídice da Mata (PSB/BA) ressaltou a importância do Seminário, pois mostra a necessidade de uma sociedade democrática e de um ambiente regulatório favorável em um momento crítico do país. Elogiou o trabalho do Seminário por orientar e compartilhar acúmulos que auxiliam na atuação parlamentar, pois muitas vezes há dificuldade de identificar os impactos dos PLs nas organizações da sociedade civil. Lídice finalizou sua contribuição reforçando o comprometimento para fortalecer a relação sociedade civil e estado e inovar nas políticas públicas, principalmente nas que afetam as populações mais vulneráveis.





Em seguida, Raíssa Belintani, coordenadora do Espaço Democrático da Conectas Direitos Humanos e em representação da Rede Pacto pela Democracia, falou sobre o relatório da OCDE sobre "Governo Aberto" no Brasil, referindo-se a políticas e práticas que visam à promoção da transparência, à luta contra a corrupção, ao incremento da participação social e ao desenvolvimento de novas tecnologias, de modo a tornar os governos mais abertos, efetivos e responsáveis.

A OCDE é um bloco formado por 38 Estados, que se propõe a auxiliar no desenvolvimento dos seus países-membros e melhorar os indicadores sociais em todo o mundo. O Brasil formalizou o pedido de entrada em 2017, e Raíssa explicou que para que o Brasil seja aceito como membro pleno, é preciso que o governo brasileiro demonstre capacidade em se alinhar às normas de boas práticas da entidade, como sobre questões ambientais e relacionadas à democracia. Apesar de se concentrar na agenda do governo federal, as administrações estaduais e municipais, assim como os poderes judiciário e legislativo, também contribuem para os avanços na área. No caso do Brasil, não há indicativo de que se avançou com o governo aberto, pelo contrário, foi observada uma diminuição nesse processo de participação desde 2019.

Ainda sobre os resultados do relatório, foi pontuado o impacto negativo da desinformação para o debate público e a existência de um ambiente desafiador na atuação de defensores, ambientalistas e jornalistas, assim como na proteção de determinados grupos como pessoas negras e LGBTQIA+, e retrocessos no exercício da liberdade de expressão no país, congruente com as contribuições das falas anteriores no Seminário. Diante disso, as OSC desempenham um papel fundamental na melhoria das políticas públicas e no aumento da transparência. O relatório apontou ainda 6 ações mínimas necessárias a serem aplicadas no Brasil para aumentar o espaço cívico:

1. Apoio à proteção do espaço cívico como parte da agenda nacional de governo aberto;
2. Garantia da proteção dos direitos fundamentais como liberdade de expressão, reunião pacífica e associação;

3. Envolvimento em ações para redução da violência, especialmente contra os grupos que enfrentam riscos particulares (pessoas negras, indígenas, LGBTQIA+);
4. Apoio a um ambiente favorável às OSC, sendo assegurada a proteção do direito de operar sem interferência, expandindo as oportunidades de financiamento público e adotando regime legal simplificado, para que sejam devidamente cumpridas as legislações trabalhista, previdenciária e tributária;
5. Fortalecimento do ecossistema de informação, com a promoção de iniciativas de combate a desinformação e informação enganosa, e a facilitação de um ambiente com um debate público plural, onde liberdade de expressão seja incentivada;
6. Proteção do espaço cívico online, incluindo em grupos vulnerabilizados apoiando iniciativas que buscam verdadeiramente a inclusão digital.

> "A criação de uma cultura em que o cidadão e cidadãs compreendam o funcionamento dos órgãos governamentais, sendo capazes de colaborar ativamente, é essencial para que se transforme a forma como governo e sociedade interagem, e é fundamental que o parlamento também se engaje nessa interação".



Na sequência, o deputado federal Eduardo Barbosa (PSDB/MG) enfatizou que as propostas expostas no mapeamento legislativo são bastantes complexas e requerem muita articulação e debate, mas que são importantes para criar espaços democráticos de discussão dos temas e se colocou à disposição para articular no andamento das demandas e fortalecer o Marco Regulatório que, por muitas vezes, é mal aplicado ou interpretado, principalmente no âmbito municipal.



O deputado distrital Leandro Grass (PV/DF) buscou responder à pergunta “O que o legislativo pode fazer para fortalecer as OSC?”, resgatando os papéis do legislativo de fiscalizar, legislar e representar. Pontuou os seguintes caminhos a partir desses papéis:

- **Representar** e trazer voz para o trabalho das OSC: promovendo debate, trazer a sociedade civil para as discussões; sintonizar as OSC com o poder executivo; fazer a mediação, construindo pontes. Como exemplo dessa possibilidade de atuação, traz os entraves por problemas na prestação de contas a realização de seminários capacitando as OSC pela Plataforma MROSC DF;

- **Legislar:** pode-se contribuir tanto no aperfeiçoamento das normas vigentes para execução dos termos, como na própria lei orçamentária, por exemplo, encontrando saídas nos editais públicos por emenda parlamentar, dando um caráter mais amplo e participativo para as emendas e fazendo essa sugestão para as secretarias nos diferentes âmbitos. Também é fundamental fazer pontes com o Tribunal de Contas, considerando a comum criminalização das entidades por agentes públicos dessas instâncias.

- **Fiscalização:** é possível e necessário os parlamentares das diferentes esferas terem uma atitude mais contundente no sentido de evitar que ações perversas e destrutivas de membros do poder executivo façam com que o papel das OSC seja desvalorizado ou descontinuado, denunciando tanto dentro do parlamento quanto fora.

# 3.3 FALA DOS/AS CONVIDADOS/AS INSCRITOS/AS

Após a fala da mesa e dos parlamentares, Eliana justificou a ausência de José Antônio Moroni, que representaria a Plataforma pela Reforma do Sistema Político, porém teve imprevisto de saúde; em seguida, coordenou as inscrições dos presentes. Dando início às contribuições, Igor, do Comitê Facilitador da Plataforma MROSC e coordenador do projeto "Fortalecimento e Regionalização da Plataforma MROSC", reforçou o agradecimento às parcerias. Enquanto Plataforma MROSC, trouxe a abertura e disponibilidade através das frentes parlamentares, espaços que ainda garantem a possibilidade de inserção da sociedade civil em temas de interesse público.



Na sequência, o representante da Plataforma MROSC Distrito Federal, Sérgio Souza, deu um pequeno relato sobre as ações da plataforma no estado, que atualmente conta com aproximadamente 200 organizações, e as dificuldades na relação com o executivo no DF, como por exemplo a grande burocracia no acesso ao Fundo da Criança e Adolescente, o engavetamento da minuta da criação do CONFOCO DF durante o governo de Ibaneis e a invisibilidade das OSC na divulgação das ações realizadas em combate aos efeitos da pandemia. Dentre os avanços, citou a tramitação e aprovação da Nota Legal Solidária, um incentivo fiscal importante para o terceiro setor, assim como aproximação com OAB, Ministério Público, Controladoria Geral e do Tribunal de Contas, para que possam fiscalizar melhor e mostrar a importância da sociedade civil.



Silvio Sant'Ana, da Fundação Grupo Esquel Brasil e Comitê Facilitador da Plataforma MROSC, relatou sobre a necessidade de nos unirmos mais para conseguir força de incidir de forma mais incisiva no parlamento, como por exemplo um espaço dentro da presidência da Câmara para o diálogo com OSC e sociedade civil. Sugeriu também pensar em um "check-list" do que os parlamentares devem avaliar em um projeto de lei para conferir como impactam as organizações. Por fim, diante do desconhecimento de muitos assessores sobre o que são as OSC, deixou a sugestão do parlamento incorporar no currículo quais as demandas e como funcionam as OSC.



Mauri Cruz, advogado socioambiental e integrante do CAMP e Instituto IDhES, falou sobre a importância da Plataforma e do papel do parlamento, e o desafio de ter organizações tocando a agenda junto com o funcionamento e demandas da própria organização, em um período de imenso ataque e criminalização. “A grande inovação da Plataforma MROSC e da Frente Parlamentar, é ser quem cuida das pautas. Ou seja, quem cuida das organizações que precisam dar conta de materializar e criar condições para que essas pautas estejam vivas e aconteçam. Então temos uma agenda e um desafio para cuidar, em um cenário em que as organizações e as pautas que elas defendem estão sendo atacadas e criminalizadas. Então, é muito importante que o papel do parlamento seja trincheira na defesa da autonomia, financiamento das organizações e da capacidade de trabalhar, representar e dar conta de todas as crises que estamos enfrentando”, trouxe Mauri.

> “A grande inovação da Plataforma MROSC e da Frente Parlamentar, é ser quem cuida das pautas. Ou seja, quem cuida das organizações que precisam dar conta de materializar e criar condições para que essas pautas estejam vivas e aconteçam”

Adeildo, da Secretaria Nacional da Assistência Social, comentou sobre a importância da dedicação coletiva para as realizações, ressaltando que o MROSC trata também do aperfeiçoamento do ambiente jurídico institucional e do relacionamento entre as organizações da sociedade civil, fazendo coro ao que foi trazido pelos outros participantes sobre a importância do ambiente de escuta para as decisões contemplarem as vivências das organizações.

# 4

# APRESENTAÇÃO DO MAPEAMENTO LEGISLATIVO DA AGENDA REGULATÓRIA DAS OSC

Por fim, tiveram falas dos Comitês Facilitador e Gestor da Plataforma MROSC, que na oportunidade, fizeram a entrega simbólica do Mapeamento Legislativo Prioritário para as OSC (em anexo). O documento foi elaborado por organizações que têm participado das duas frentes parlamentares, e reúne tanto a agenda positiva quanto as negativas, com PLs que dizem respeito a economia solidária, direitos humanos, antiterrorismo e criminalização das organizações e movimentos sociais, assim como a própria agenda regulatória.





Candice, assessora do ELO Ligação e Organização, fez uma fala acerca da importância dos Conselhos de Fomento e Colaboração (CONFOCO). No cenário em que nosso atual governo desmobilizou cerca de 700 conselhos, o CONFOCO tem um papel importante no acompanhamento do cumprimento da Lei nº 13.019, estando atualmente presente no estado da Bahia e no município de Belo Horizonte, marcando a necessidade de retomar a criação dos conselhos.



Luise Villares, assessora nacional da Cáritas Brasileira, trouxe a importância das pequenas vitórias em algumas pautas, que são fruto da mobilização coletiva das organizações e parlamentares, como no caso da derrubada dos vetos da nova lei sobre a Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS) e das leis voltadas à cultura. Reafirmou, por fim, que a Plataforma tem um histórico de apoio e de luta para derrubada dos vetos presidenciais.

Para fechar, Eliana trouxe esperança, mesmo diante do quadro difícil que estamos enfrentando. O seminário acumulou muitos elementos para seguir os trabalhos e qualificar as diferentes intervenções.

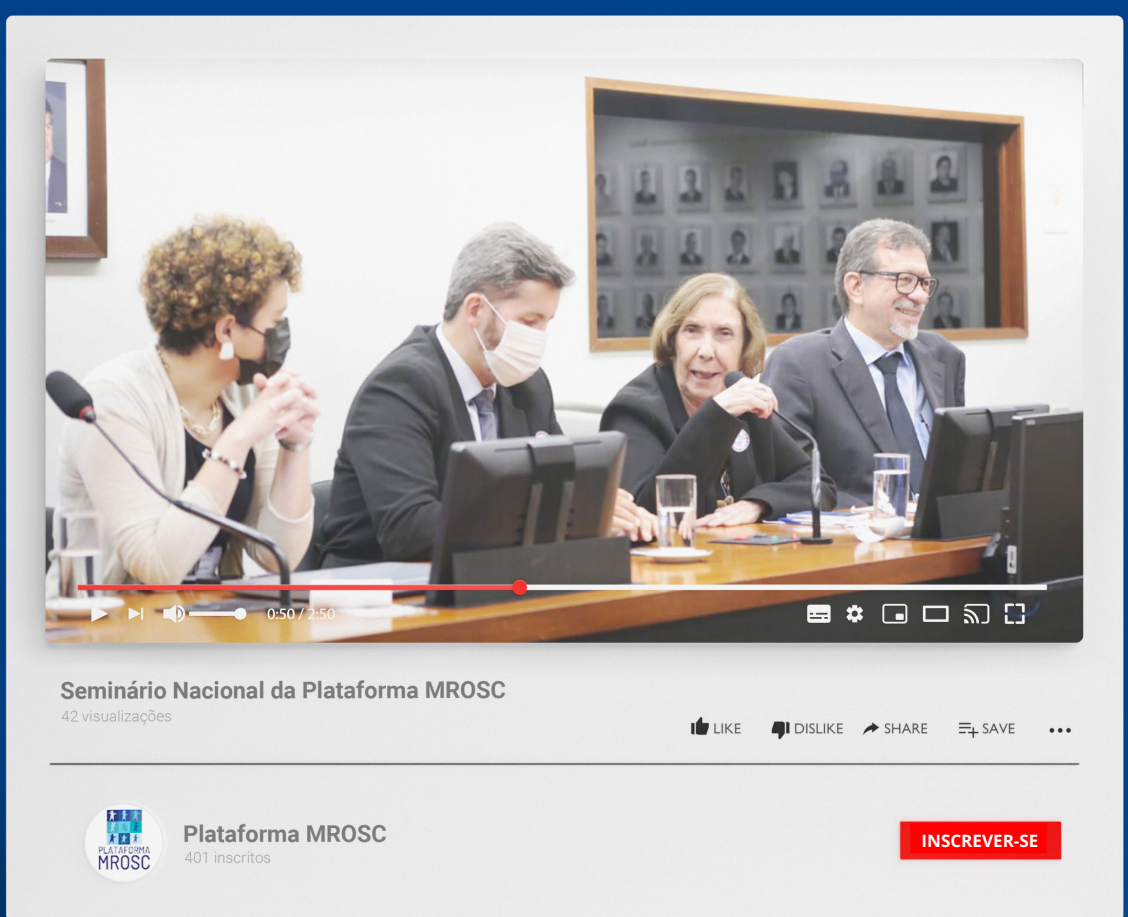


# 5

# SEMINÁRIO NAS REDES

O Seminário Nacional da Plataforma MROSC está disponível na íntegra no canal da Plataforma MROSC no YouTube, podendo ser acessado pelo link

https://www.youtube.com/watch?v=a5kq8j_GGxg.



6

# PRÓXIMOS PASSOS

O Seminário Nacional finalizou com o comprometimento do Deputado Afonso Florence, que dará andamento enquanto coordenador da Frente, em contatar as(os) demais parlamentares para apoiar as propostas e criar um grupo de trabalho ainda neste ano. Reforçou ainda que o avanço no movimento da Plataforma MROSC e pelas OSC, não apenas para o terceiro setor, é fundamental.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeira atividade nacional presencial da Plataforma MROSC após a pandemia da Covid-19, o Seminário Nacional foi fundamental para reafirmar as articulações da Plataforma no parlamento, assim como solidificar a parceria com a Frente Parlamentar Mista em Defesa das OSC e a Frente Parlamentar em Defesa da Democracia e dos Direitos Humanos com participação popular.

Além disso, a atividade trouxe informações do contexto nacional e legislativo que permitem avaliar melhor quais as demandas mais urgentes e de que forma as diferentes ferramentas do parlamento podem ser utilizadas para avançar na Agenda MROSC e fortalecer a participação das OSC e da sociedade civil nesses espaços, resultando também no fortalecimento da democracia.

O compromisso afirmado pelos parlamentares presentes e a entrega do Mapeamento Legislativo Prioritário para as OSC sinalizou um avanço na troca entre quem acompanha e vivencia as experiências das organizações e da sociedade civil e quem está eleito para representá-las, estimulando uma ponte mais aberta e efetiva entre governo e sociedade civil.

## ANEXO I - CARTA CONVITE

**Brasília, 30 de junho de 2022.**

**Ao Deputado Wolney Queiroz,**

**Assunto: Convite para participação no Seminário Nacional da Plataforma MROSC no dia 06 de julho de 2022 na Câmara dos Deputados, das 15h às 17h, em Plenário a ser informado posteriormente.**

A Plataforma por um Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Plataforma MROSC) é uma rede de articulação de mais de 2 mil organizações sem fins lucrativos e de interesse público, que tem por objetivo aprimorar o ambiente social e legal de atuação das organizações, trazendo cada vez mais organizações para o debate sobre o ambiente regulatório e institucional das organizações da sociedade civil no Brasil.

É sabido que o atual governo federal vem promovendo o desmantelamento dos ganhos e direitos sociais introduzidos pela Constituição de 1988/CF. Esta situação, agravada pela pandemia da Covid-19, impactou na degradação das condições de vida da população e no enriquecimento das elites, ampliando desigualdades e o stress social. O governo federal, que já não atendia adequadamente às demandas sociais, abandonou deliberadamente as instituições que deveriam implantar políticas de desenvolvimento e sustentabilidade e atender a população.

Esta situação tem aumentado a pressão sobre as OSC que, em condições cada vez mais precárias, tentam atender a demanda crescente da população mais vulnerável. Além disso, assiste-se também à criminalização das organizações da sociedade civil e à atuação direta do governo federal no sentido de reduzir o espaço cívico e a participação social nos ciclos das políticas públicas, a exemplo do fechamento dos mais de 700 conselhos de participação social logo no primeiro ano do Governo Bolsonaro. Neste contexto, o parlamento se traduz como lócus e ambiente de disputa, na tentativa de garantir institucionalmente que a sociedade civil tenha mais espaço nos processos de tomada de decisão em assuntos de interesse público.

Nos últimos anos, a luta da Plataforma foi a de buscar minimizar essa destruição promovida, principalmente, pelo Governo Federal, e buscando superação, a Plataforma alterou sua tática e decidiu operar mais articulada ao Parlamento visando o bloqueio de iniciativas prejudiciais às OSC no próprio parlamento ou no poder judiciário.

Neste contexto, a Plataforma realizará na quarta-feira, **06 de julho de 2022, das 15h00 às 17h00, na Câmara dos Deputados,** o nosso **Seminário Nacional da Plataforma MROSC, em parceria com as Frentes Parlamentares Mistas em Defesa da Democracia e dos Direitos Humanos e em Defesa das OSC e gostaríamos de convidar-lhe para participar deste debate**. O objetivo deste Seminário será refletir sobre **o papel do parlamento no fortalecimento das OSC e na ampliação da participação social**. No evento, contaremos com a participação de Eliana Rolemberg, pela **Plataforma MROSC**, de José Moroni, da **Plataforma pela Reforma Política** e de Raissa Belintani, da **Rede Pacto pela Democracia/Conectas**. Além disso, será uma oportunidade de encontro presencial, após mais de dois anos de pandemia.

Desde já agradecemos sua disponibilidade e comprometimento com a agenda regulatória das Organizações da Sociedade Civil.

**Comitê Facilitador da Plataforma MROSC**

## ANEXO II- MAPEAMENTO LEGISLATIVO PRIORITÁRIO PARA AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DO BRASIL




Link para o mapeamento no site
**https://plataformaosc.org.br/mapeamento-legislativo-prioritario-para-as-organizacoes-da-sociedade-civil-do-brasil/**

PLATAFORMA MROSC

# plataformaosc.org.br

plataformaosc

plataformamrosc

plataformamrosc